DOI: https://doi.org/10.14295/revistadaesmesc.2025e464

TRATAMENTO JURÍDICO DAS RELAÇÕES SIMULTÂNEAS SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS DA MONOGAMIA, AUTONOMIA PRIVADA E BOA-FÉ OBJETIVA

LEGAL TREATMENT OF SIMULTANEOUS RELATIONS UNDER THE PERSPECTIVE OF THE PRINCIPLES OF MONOGAMY, PRIVATE AUTONOMY, AND OBJECTIVE GOOD FAITH

Julia Patricio Rodrigues[1]

Resumo: O objetivo geral desse artigo é analisar o tratamento jurídico das relações simultâneas sob a ótica dos princípios da monogamia, da autonomia privada e da boa-fé objetiva. Trata-se, quanto ao nível, de pesquisa exploratória; quanto à abordagem, pesquisa qualitativa; e quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados, pesquisa bibliográfica e documental. O Direito de família é norteado por princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, a igualdade entre os filhos e os cônjuges e companheiro e a afetividades. O conceito de família tem se modificado, a partir das transformações da sociedade, deixando de ser constituída pelo casamento, para assumir outras formas: união estável, família monoparental, homoafetiva, recomposta, poliafetiva, simultânea. A união estável simultânea pode ser constituída por uma relação proveniente de um casamento e outra por união estável; ou duas uniões estáveis. Há divergências na doutrina e na jurisprudência quanto ao reconhecimento desse tipo de união. Conclui-se que essa união pode ser reconhecida, considerando-se a relativização do princípio da monogamia, a autonomia privada e a mínima intervenção do Estado nas relações de família, como também o princípio da boa-fé

1. Graduada em Direito (ESUCRI, 2021); especialista em Direito Público (ESMSC, 2023); especialista em Gestão de Conhecimento na Magistratura (ESMSC, 2024); Residência Judicial no TJSC (2021 a 2024); Assessora Jurídica no TJSC. *E-mail:* juliapatricio1@hotmail.com

objetiva, princípio que decorre da confiança em relação ao comportamento do companheiro, a ponto de seu parceiro acreditar, que não existe impedimento matrimonial. Por isso, ignorar essas novas configurações familiares é negar a própria realidade e a falta de amparo legal às famílias simultâneas viola o princípio da dignidade humana, que reconhece como uma sociedade de fato as pessoas que têm a intenção de formar uma família.

Palavras-chave: Família; afetividade; união estável simultânea.

Abstract: The general objective of this article is to analyze the legal treatment of simultaneous relationships from the perspective of the principles of monogamy, private autonomy, and objective good faith. It is, in terms of level, exploratory research; in terms of approach, qualitative research; and concerning data collection and analysis procedures, bibliographic and documentary research. Family law is guided by constitutional principles, such as the dignity of the human person, equality among children and between spouses and partners, and affections. The concept of family has changed due to transformations in society, evolving from being constituted by marriage to assuming other forms: stable union, single-parent family, same-sex family, blended family, multi-affective family, simultaneous. A simultaneous stable union can be established by a relationship arising from a marriage and another from a stable union; or by two stable unions. There are divergences in doctrine and jurisprudence regarding the recognition of this type of union. It can be concluded that this union may be recognized, considering the relativization of the principle of monogamy, private autonomy, and minimal state intervention in family relationships, as well as the principle of objective good faith, a principle that arises from trust in the behavior of the partner, to the extent that one partner believes that there is no matrimonial impediment. Therefore, ignoring these new family configurations is denying reality itself, and the lack of legal support for simultaneous families violates the principle of human dignity, which recognizes as a de facto society those who intend to form a family.

Keywords: Family; affection; simultaneous stable union.

1 INTRODUÇÃO

A partir da transformação dos padrões sociais e das mudanças legislativas, novas relações familiares passaram a ser reconhecidas no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988 prevê o casamento, a união estável e a família monoparental, abrindo espaço para o reconhecimento de outras entidades. Contudo, a informalidade das relações afetivas, muitas vezes foi testemunhada de forma negativa, em razão da simultaneidade das relações. As formas e possibilidades são muitas, posto que pode existir uma relação conjugal formal e outra informal, ao mesmo tempo. Todavia, essas uniões são desprovidas de legalidade, particularmente, as uniões simultâneas.

Nesse cenário, este artigo busca resposta para a seguinte pergunta de pesquisa: Como as relações familiares simultâneas são tratadas no ordenamento jurídico sob a ótica dos princípios da monogamia, da autonomia privada e da boa-fé objetiva?

Justifica-se a realização desse estudo, para se demonstrar, que em determinados casos, a lei deve ser ponderada, cedendo espaço para a aplicação de princípios, como a autonomia privada e a boa-fé ou a relativização do princípio da monogamia, o que pode ser relevante para as famílias, para a sociedade, para o Estado e para os acadêmicos e operadores do Direito.

Esse artigo tem por objetivo geral: analisar o tratamento jurídico às relações familiares simultâneas no ordenamento jurídico, sob a ótica dos princípios da monogamia, da autonomia privada e da boa-fé objetiva. Os objetivos específicos são os seguintes: descrever sobre a evolução, os princípios norteadores e os tipos de família no ordenamento jurídico brasileiro; distinguir os institutos do casamento, união estável e concubinato, união estável putativa e união estável simultânea; discutir sobre o tratamento jurídico da união estável simultânea, a partir dos princípios da monogamia, da autonomia privada e da boa-fé objetiva.

Esse artigo utilizou, quanto ao nível, a pesquisa exploratória; quanto à abordagem, a pesquisa qualitativa; e quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados, a pesquisa bibliográfica, baseada em artigos

e na doutrina da área, e, pesquisa documental, pautada na legislação e decisões judiciais pertinentes.

Esse artigo está dividido em cinco seções; além da Introdução, a segunda trata da evolução, dos princípios e dos modelos de família; a terceira, sobre as diferenças entre os institutos do casamento, união estável, concubinato, união estável putativa e união estável simultânea; a quarta, discute a respeito do tratamento da união estável simultânea no ordenamento jurídico, à luz dos princípios da monogamia, da autonomia privada e da boa-fé objetiva; a quinta, traz as considerações finais; e por fim, as referências.

2 O EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA

No âmbito jurídico, existem normas que tratamdas relações pessoais entre os familiares, assim como das relações patrimoniais e assistenciais entre os seus membros. O direito de família possui uma grande carga moral e ética, que está sempre em constante evolução. As relações patrimoniais contidas nele são secundárias, pois dependem totalmente da compreensão ética e moral da família. Sendo assim, as relações matrimoniais continuam sendo o ponto central do direito de família, embora as uniões não oriundas de um casamento tenham recebido uma parcela significativa de decisões nos Tribunais nas últimas décadas, causando reflexos nas legislações (Venosa, 2017).

Nessa levada, o conceito de família tem sido utilizado para descrever diferentes grupos de pessoas em vários momentos e lugares ao longo do tempo. No entanto, isso não significa que haja uma definição estável que represente efetivamente a família. A palavra em si permanece a mesma ao longo dos tempos, mas seus significados têm variado, adquirindo características completamente diferentes em cada período histórico (Calderón, 2017).

Sendo assim, ao se discorrer sobre a família é preciso entender o momento em que essas relações estão incluídas, uma vez que o conceito de família vem se alterando com as transformações da sociedade. A diversidade e a variedade de elementos impossibilitam definir um

único modelo familiar na sociedade contemporânea, sendo necessário compreender a família de acordo com as mudanças que ocorrem nas relações sociais ao longo do tempo (Dantas, 1991).

Nesse sentido, destaca-se, que no Brasil, durante o Código Civil de 1916 até a chegada da Constituição Federal de 1988, prevaleceu o formato patriarcal, hierarquizado e impessoal de família, que só existia legalmente e socialmente quando era oriunda do matrimônio entre o homem e a mulher, enquanto os outros modelos eram excluídos (Farias; Rosenvald, 2020).

Todavia, ocorreram progressos, retrocessos, modificações e reformulações, com a intenção de conseguir na atualidade a aceitação integral do ser humano, levando em consideração suas necessidades, perspectivas e escolhas, vislumbrando como propósito maior o pleno progresso da sua personalidade, perante a sua dignidade, desejando alancar o bem-estar social e a felicidade. Desse modo, a sociedade avançou e passou a vigorar os novos valores, que servem de inspiração para a sociedade contemporânea, rompendo com a constituição tradicional de família. Com isso, o escopo precípuo da família passou a ser a afetividade e a busca pela felicidade, como mola propulsora (Farias; Rosenvald, 2020).

Por essa razão, a legislação civil brasileira vem revelando sua incapacidade de acompanhar a evolução, rapidez e complexidade dos diversos modelos de famílias, que se apresentam como verdadeiras entidades familiares, ainda que não sejam legalmente reconhecidas. Essa falta de ação do Poder Legislativo, contudo, tem sido contraposta por uma atuação eficaz do Poder Judiciário, que tem se dedicado a aproximar as expectativas sociais do ordenamento jurídico, com destaque para a garantia da dignidade dos membros desses arranjos familiares e a busca pela justiça (Hironaka; Tartuce, 2021).

O reconhecimento de outros arranjos como entidades familiares tem encontrado dificuldades e atrasos consideráveis. Em razão das inquietações da família contemporânea, é imprescindível a constante atualização das normas, tendo em vista que as relações estão evoluindo e rompendo com os costumes. Entende-se que as regras jurídicas precisam se adaptar à realidade das famílias e dos novos costumes, respeitando a

liberdade dos indivíduos para que constituam suas famílias como quiserem (Dias, 2016).

As pessoas passaram a viver em uma realidade mais liberal e tolerante, em que buscam ser felizes, sem estarem amarradas a estruturas e modelos engessados de relações familiares ou afetivas. A família contemporânea abarcar as formas novas, antes inconcebíveis aos olhos da lei e dos costumes, convivendo lado a lado diversas modalidades de famílias. Assim, a família vem antes do Direito, que deve entender as mudanças ocorridas nas formas de relacionamento, e não os relacionamentos que devem se ajustar às categorias jurídicas (Calderón, 2017; Dias, 2016; Maluf; Maluf, 2018).

2.1 Princípios constitucionais norteadores do direito de família

A Constituição Federal/1988 reúne diversos princípios, alguns expressos, outros implícitos, norteadores do Direito de família, podendo-se destacar: a dignidade da pessoa humana, a liberdade, o pluralismo familiar, a igualdade entre os cônjuges e os filhos, a solidariedade e a afetividade (Madaleno, 2022).

O princípio da dignidade da pessoa humana é o fundamento do Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil, conforme dispõe a Constituição Federal/1988 (art. 1º, III). Como um dos maiores princípios, está interligado a todos os demais, para assegurar o disposto constitucional (art. 5º, X), pelo qual é inviolável a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, garantindo-se o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (Dias, 2016; Renon, 2009).

Portanto, a dignidade é o fundamento de todos os valores morais, a síntese de todos os direitos humanos; não tem preço e não pode ser objeto de troca; baseia-se na valorização da pessoa humana, como um fim em si mesma, e não como objeto ou meio para alcançar outros fins; é um valor supremo, que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida. Como alicerce da República, tal princípio jurídico demanda que a vida humana seja intocável, pois

sem vida, não há indivíduo, e sem indivíduo, não há dignidade. O ser humano tem dignidade simplesmente por ser uma pessoa, de forma que o princípio da dignidade humana é o maior princípio dentre todos os outros, e seu valor evidencia-se a qualquer outro direito (Azevedo, 2002; Kant, 2008; Renon, 2009; Silva, 2000).

O princípio da liberdade e do pluralismo familiar mostra, que a diversidade de ideologias e a facilidade de acesso a diferentes culturas proporcionam a formação de uma sociedade contemporânea cercada por diversas realidades, não sendo compatível com as experiências individuais, a uniformização do Estado das entidades familiares, que visa adotar um modelo para todos os núcleos. A Constituição Federal/1988 rompeu com o antigo modelo familiar baseado exclusivamente no casamento, passando a reconhecer e proteger outras formas de família, tais como a união estável e a família monoparental, de forma expressa, abrindo-se caminho para o reconhecimento de outros modelos pela doutrina e pela jurisprudência (Alves, 2022; Pereira, 2021).

O princípio da igualdade entre filhos estabelece, que "os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação" (Brasil, 1988, art. 227 § 6º; Brasil, 2002, art. 1.596), afastando-se as expressões ofensivas, como filho ilegítimo, bastardo ou adulterino. Do mesmo modo, "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher" (Brasil, 1988, art. 226, § 5º). Esse princípio indica, que a autoridade paterna exclusiva deixou de existir na sociedade contemporânea, passando a prevalecer o regime de cooperação e não hierárquico, estabelecendo-se que os cônjuges têm o poder familiar e a administração da família em conjunto (Tartuce, 2021).

O princípio da solidariedade familiar resulta em proporcionar suporte, assistência material, moral e mútua entre todos os membros da família, em respeito ao princípio da dignidade humana, o que justifica a obrigação de prover alimentos entre parentes, companheiros ou cônjuges, servindo de base para o exercício da autoridade familiar em relação aos filhos menores. Está previsto na Carta Magna, pela qual

"constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária", como também, ao estabelecer que a sociedade, o Estado e a família têm responsabilidade de proteger a entidade familiar, a criança, o adolescente e a pessoa idosa, originando o dever civil de cuidar do próximo; assim, tal princípio remonta a ideia de que há uma relação de corresponsabilidade entre os indivíduos, impulsionada por sentimentos morais e sociais de apoio mútuo (Brasil, 1988, art. 3º, I; Pereira, 2021; Sanchez, 2022).

O princípio da afetividade enfatiza, que a entidade familiar passou a ser entendida, como grupo social fundado, essencialmente, em laços de afetividade, e como centro de formação e estruturação do indivíduo, da solidariedade e do companheirismo. Neste contexto, o afeto adquiriu *status* de valor jurídico, sendo elevado à categoria de princípio, como resultado de uma construção histórica, considerando-se que a vontade e o amor são a base do vínculo conjugal e parental. O afeto entrou no Direito através das relações de filiação e das relações homoafetivas; essas relações baseadas no afeto não possuem amarras, mas compromissos com a vontade do ser humano e a repersonalização das entidades familiares implica em preservar e desenvolver o afeto, a solidariedade, a união, o respeito, o projeto de vida em comum de cada membro (Calderón, 2017; Farias e Rosenvald, 2020; Gama, 2007; Ghilardi e Paz, 2012; Groeninga, 2004; Pereira, 2021).

2.2 Tipos de família no ordenamento jurídico brasileiro

Sempre que se pensa em família, logo se considera o modelo tradicional constituído por uma mulher e um homem unidos pelo matrimônio, com a obrigação de procriar, na alegria ou na tristeza, na saúde ou na doença, até que a morte os separe. Mas essa realidade mudou ao longo do tempo e a sociedade já se acostumou com os novos modelos familiares que se afastam dos conceitos tradicionais (Dias, 2016).

Nesse contexto, os valores de diversidade, solidariedade, democracia, igualdade, liberdade e humanidade agora se voltam para a proteção do ser humano e a família adquiriu função auxiliar na realização dos

interesses emocionais e existenciais de seus membros. Assim, surgem novas entidades familiares, além da família matrimonial, tais como: família informal, família monoparental, família pluriparental, família homoafetiva, família poliafetiva e família paralela ou simultânea (Dias, 2016; Pereira, 2021).

A família matrimonial é a constituída pelo casamento civil, que se "realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados" (Brasil, 2002, art. 1.514), ou, pelo casamento religioso, "que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração" (Brasil, 2002, art. 1.515). Considera-se o casamento, como um verdadeiro contrato de adesão, pois a expressão "sim" manifesta a concordância de ambos os cônjuges com o que o Estado estabelece (Dias, 2016).

A união estável é entidade familiar configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento (Brasil, 1988, art. 226 § 3º; Brasil, 2002, art. 1.723).

A família monoparental é a comunidade constituída por qualquer dos pais e seus descendentes, podendo ser formada por filhos com somente a mãe ou o pai; composta por um dos genitores vivos; pai ou mãe solteira; resultante da maternidade ou paternidade biológica, socioafetiva, unilateral ou adotiva; em função da morte de um dos pais ou nulidade ou anulação do casamento; ou, no caso de se ter filho, independentemente, da concordância do parceiro ou do fornecedor do sêmen (Brasil, 1988, art. 226, § 4º; Madaleno, 2022; Pereira, 2021).

A família anaparental é composta por irmãos, primos ou indivíduos, que possuem relação de parentesco, sem a presença dos pais, sem que exista conjugalidade ou sentido sexual entre eles, pois os integrantes estão juntos com o intuito de constituir um vínculo familiar estável (Madaleno, 2020; Pereira, 2021).

A família homoafetiva é a entidade formada por pessoas do mesmo sexo, por união estável ou matrimônio, reconhecida pelo Supremo Tri-

bunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277 e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, em 2011; admite-se a habilitação para o casamento e registro no Cartório de Registro Civil, sem a formalização da união estável, anterior, a partir da decisão do Superior Tribunal de Justiça e da Resolução nº 175/2013, do Conselho Nacional de Justiça (Dias, 2016; Pereira, 2021).

A família pluriparental ou recomposta, reconstituída, redimensionada ou mosaico deriva da criação de novos núcleos familiares compostos por indivíduos que tiveram seus núcleos anteriores desfeitos; reunindo pais e mães que trouxeram filhos de outros relacionamentos e filhos da nova união, convivendo, filho(a)s, enteado(a)s, madrasta, padrasto, mãe e pai, verificando-se, assim, múltiplos vínculos, que assumem os papéis familiares, passando a integrar uma nova relação familiar, que surge a partir dos novos laços de sangue e de afeto entre seus membros. Destaca-se, que a partir da Lei nº 11.924/2009, permite-se que o enteado ou a enteada adote o nome da família da madrasta ou do padrasto (Pereira, 2021).

A família poliafetiva ou relação poliamorosa ou poliamor é formada por mais de duas pessoas, convivendo, diariamente, em residências separadas ou sob o mesmo teto, com reciprocidade afetiva entre elas, configurando-se um relacionamento afetivo simultâneo, consensual, acolhedor e igualitário, que não adota a monogamia como princípio nem como necessidade, estabelecendo seu próprio código de fidelidade e respeito. Nesse tipo de família, o princípio da monogamia, a infidelidade e a traição perdem o lugar para a democratização dos sentimentos, onde o respeito e a liberdade são conservados (Pereira, 2021).

A família paralela ou simultânea é a relação firmada entre pessoas impedidas de se casar, que criam outras entidades familiares paralelas e simultâneas com a primeira relação; possuem os mesmos elementos da união estável, sendo reconhecida por um relacionamento contínuo e duradouro, com o objetivo de constituição de família, diferente do relacionamento amoroso que acontece de forma eventual, em que o cônju-

ge ou o companheiro fere o dever de lealdade da relação existente, que não possui esses atributos (Alves, 2022; Pereira, 2021).

3 CASAMENTO, UNIÃO ESTÁVEL, CONCUBINATO E UNIÃO PUTATIVA

Em um país que se proclama democrático e guiado pelo princípio inclusivo do pluralismo, não há espaço para a regulamentação unidimensional da união conjugal. Implantar um formato para todos os relacionamentos conjugais, com as conveniências e facilidades inerentes a um único modelo, poderia ser a maneira mais fácil e eficaz de estabelecer a chamada segurança jurídica, entretanto a vida e os relacionamentos são fluidos, criativos, instáveis e mutáveis (Pereira, 2021).

Nesse cenário, o Direito não pode ficar alheio à realidade humana, às situações que se apresentam e às mudanças sociais que se multiplicam na história das famílias; e o Poder Legislativo e Judiciário não podem cerrar os olhos para o que está acontecendo, pois a diversidade, que sempre implica em certo grau de conflito, não pode ser eliminada em nome de um único modelo expresso na lei (Pereira, 2021; Tartuce, 2021).

Por isso, nessa seção, apresentam-se os principais fundamentos e diferenças entre os institutos – casamento, união estável, concubinato, união estável putativa e união simultânea.

3.1 Diferenças entre casamento, união estável e concubinato

O casamento é o acordo de vontades ou contrato especial, livre e espontâneo, firmado entre duas pessoas, que se unem para constituir família, a partir de um vínculo de afeto, submetido a regras especiais, tais como a solenidade, o vínculo dissolúvel e as disposições de ordem pública, reconhecido e regulamentado pelo Estado, que requer a presença dos requisitos legais, referentes à capacidade e ao consentimento das partes; à autoridade competente, à habilitação e à celebração do ato; e à ausência de impedimentos absolutos e relativos (Brasil, 2002, arts.

1.517, 1.520, 1.521 I a VII, 1.523, 1.525, 1.526, 1.532, 1.542, 1.641 I; Fontanella, 2022; Tartuce, 2021).

A união estável constitui o relacionamento entre duas pessoas, não adulterino e não incestuoso, com estabilidade e durabilidade, vivendo sob o mesmo teto ou não, que pretendem formar uma família, sem as formalidades, o vínculo e os custos do casamento, podendo os conviventes, a qualquer tempo, converter essa união em matrimônio (Brasil, 1988, 226, § 3º; Brasil, 2002, art. 1.723; Cavalcanti, 1994).

O concubinato constitui a união informal entre duas pessoas, que não podem se casar, em razão de impedimentos matrimoniais, unindo-se sem formalidades e cerimônias. Observa-se que existem vedações legais no concubinato impuro, que são: proibição de estipular seguro de vida em favor do concubino; realizar doações, sob pena de anulabilidade, no prazo de 2 anos contados da data do fim da relação; vedação de ser contemplado no testamento; e impossibilidade de receber alimentos (Brasil, 2002, art. 1.727; Farias; Rosenvald, 2020).

Com base nesses conceitos, nota-se, que, embora, o casamento e a união estável sejam institutos semelhantes, não são idênticos e suas diferenças não podem transpassar para além das particularidades de suas formações. No casamento, diante da formalidade para a sua configuração, assumem, preliminarmente, os cônjuges, publicamente e formalmente, a relação, ao passo que aos companheiros, está reservada a completa ausência da intervenção estatal (Dias, 2016; Farias; Madaleno, 2022; Rosenvald, 2020).

Contudo, deve-se ressaltar a decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 646.721/RS, de Repercussão Geral, considerando que "é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, determinando que deve ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do Código Civil*/2002.* Nessa linha, entende-se que, embora a união estável seja o espaço do não instituído, à medida que é regulamentada, ganha contornos de casamento (Brasil, 2017; Dias, 2016; Madaleno, 2022).

Desse modo, a partir da Constituição Federal/1988 e do Código Civil/2002, a união estável passou a ser protegida pelo Estado como núcleo familiar, ficando o concubinato restrito às relações não eventuais entre duas pessoas, impedidos de casar-se. Todavia, deve-se refletir sobre o concubinato com um olhar mais focado na afetividade do que no preconceito, pois se a base contemporânea das relações familiares é a presença de afeto, o tratamento jurídico do concubinato exige maior atenção e uma discussão mais ponderada (Farias; Rosenvald, 2020).

3.2 Diferenças entre união estável simultânea e união putativa

União estável simultânea ou família paralela são referências ao concubinato, que se configura quando alguém, já com um vínculo conjugal ou união estável, adquire, sem encerrar a primeira relação, uma outra união com uma terceira pessoa, formando uma família com a primeira e com a segunda, ao mesmo tempo. Portanto, pode ocorrer duas uniões estáveis ou um casamento e uma outra união, pois não é possível haver dois casamentos, considerando-se que a bigamia é expressamente proibida no Brasil, constituindo crime tipificado no Código Penal, e que o Código Civil proíbe o casamento de pessoas já casadas, acarretando a nulidade absoluta da segunda união (Brasil, 1943, art. 235; Brasil, 2002, arts. 1.521 VI e 1.548; Alves, 2022; Tartuce, 2021).

União estável putativa se configura quando uma ou ambas as partes acreditam, de boa-fé, estarem vivendo uma união estável válida, mas, por algum impedimento legal, essa união não é juridicamente reconhecida, é nula ou inexistente. Ainda assim, produz efeitos jurídicos em benefício da parte que agiu de boa-fé, especialmente no que diz respeito a direitos patrimoniais, desde que essa união seja duradoura, contínua, pública e com propósito de constituição de família, enquanto não reconhecida ou declarada a sua invalidade em face de uma união mais antiga e que ainda permaneça (Oliveira, 2003).

O Código Civil protege o casamento putativo em relação ao cônjuge de boa-fé, que desconhecia o impedimento à formação da união estável devido ao seu companheiro estar legalmente casado e continuar convi-

vendo com o cônjuge, enquanto mantém esse segundo relacionamento afetivo e estável. Assim, garante-se a esse cônjuge de boa-fé e aos filhos os direitos civis do casamento e os direitos patrimoniais, a metade dos bens adquiridos, onerosamente, durante a constância da união em nome do parceiro infiel, salvo contrato escrito (Brasil, 2002, art. 1.561; Gonçalves, 2021; Farias; Rosenvald, 2020; Madaleno, 2022).

Existindo boa-fé por parte de todos os envolvidos, inexistem motivos para não conceder direitos a todas as partes que estavam comprometidas na relação, devendo ser reconhecida a possibilidade de caracterização de uma entidade familiar, aplicando-se todas as regras da união estável. Ademais, com ou sem restrições para a sua constituição, as entidades familiares que se estabelecem fora do modelo oficial, devem receber proteção jurídica como parte integrante da sociedade, pois houve a formação de uma união estável, embora seus membros tenham desrespeitado as restrições legais, devido ao seu inegável reflexo social (Dias, 2016).

4 RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL SIMULTÂNEA

Ao longo da história, os arranjos familiares sofreram modificações, sendo que a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi o marco na evolução do conceito de família, trazendo mudança significativa em relação ao modelo tradicional. A instituição do casamento e a criação de um padrão de relacionamento entre um casal, fez com que durante muito tempo, a lei e a justiça, de forma unânime, rejeitassem o reconhecimento de outras uniões, negando direitos àqueles que se comportam além do conceito de normalidade. Entretanto, a falta de previsão legal e a incerteza na interpretação jurídica não são suficientes para impedir a existência desses relacionamentos (Dias, 2016).

Com isso, verificou-se que os arranjos familiares constituídos concomitantemente, conhecidos como famílias paralelas ou simultâneas, não receberam a devida proteção do Estado, o que foi confirmado recentemente com o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 1.045.273/SE. No entanto, os entendimentos

jurídicos e doutrinários apresentam controvérsias, a partir da possibilidade de relativização do princípio da monogamia, da autonomia privada, da intervenção mínima do Estado nas relações familiares, e da boa-fé objetiva dos parceiros.

4.1 Relativização do princípio da monogamia

O princípio da monogamia se trata de uma regra, pela qual um mesmo indivíduo não pode constituir mais de uma relação matrimonial, entretanto, a monogamia não se refere a um princípio constitucional, mas está diretamente correlacionada à função ordenadora, que é regida pela afetividade e a dignidade da pessoa humana (Dias, 2016; Madaleno, 2021).

Para alguns, a fidelidade é intrínseca à sua personalidade, sendo um pressuposto natural de respeito, e não, necessariamente, um dever. Já, para outras, a fidelidade se torna um dever legal, pois não são naturalmente fiéis ao parceiro ou têm uma predisposição à infidelidade, e, portanto, precisam ser proibidas de agir assim (Pereira, 2021).

Por outro lado, há autores que entendem que existem dúvidas acerca da sustentação da monogamia como um princípio inviolável e primordial no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente, quando a Constituição Federal passou a aceitar outras espécies de entidade familiar, predominando o princípio da afetividade. Verifica-se que esse princípio é um dos argumentos contrários ao reconhecimento das uniões simultâneas. Por isso, as organizações jurídicas estão relativizando o princípio da monogamia, com o intuito de não condenar tais famílias a uma invisibilidade jurídica ou serem taxadas como inexistentes (Madaleno, 2022).

Nesse passo, adotar o princípio da monogamia como um dever obrigado pelo Estado diante de todas as relações familiares, é algo que entra em contraponto com a autonomia privada, através da qual os indivíduos iniciam relações, que contribuem para o desenvolvimento da personalidade e a formação da subjetividade (Pereira, 2021; Pianovski, 2005).

Pianovski, (2005, p. 06) esclarece, que não se pode afirmar que "a monogamia seja um princípio do direito estatal de família, mas, sim, uma regra restrita à proibição de múltiplas relações matrimonializadas – e, portanto, constituídas sob a chancela prévia do Estado". Nesse contexto, a jurisprudência brasileira vem flexibilizando o princípio da monogamia, ao combiná-lo com o princípio da dignidade da pessoa humana, responsabilidade e solidariedade. Em outras palavras, não se pode ignorar ou fingir que essa realidade não existe, sendo essencial que o princípio da dignidade humana predomine sobre a monogamia, para que não prevaleça a indignidade e a invisibilidade social e jurídica das famílias simultâneas existentes no Brasil (Pereira, 2021).

Assim, apesar da resistência da doutrina na alegação de violação ao princípio da monogamia e desrespeito aos deveres de fidelidade e lealdade, para não admitir a união estável simultânea, percebeu-se que o Direito das famílias está em constante evolução, procurando se adaptar às mudanças sociais, visto que a norma não deve exigir que a sociedade se enquadre nela, mas sim refletir a sociedade em um movimento incessante. Desse modo, entende-se que, dependendo da situação, apesar da importante função da monogamia no sistema jurídico, esta deve ser relativizada em favor de outros valores que também norteiam as relações familiares, como a dignidade da pessoa humana, a autonomia privada e a boa-fé (Silva, 2014).

4.2 Princípio da autonomia da vontade nas relações familiares

O princípio da autonomia privada é elemento ético e intrínseco à dignidade da pessoa humana; fundamenta o livre arbítrio e se vincula à verdade do sujeito e ao desejo, o que significa que a pessoa pode reger a própria vida e ser senhor do seu destino. Está presente nos contratos e negócios jurídicos patrimoniais e nas demais relações jurídicas (Pereira, 2021; Tartuce, 2021).

O Direito de família contemporâneo se apresenta como uma relação privada, e, como resultado, eventual intervenção estatal será legítima, quando houver justificativas e fundamentos plausíveis, especialmen-

te nos casos envolvendo criança, adolescente e pessoa idosa, devendo mostrar sua atuação apenas para assegurar as garantias e direitos fundamentais. Nesse sentido, o Código Civil afasta o Estado da privacidade familiar, ao estabelecer que "é defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família" (Brasil, 2002, art. 1.513; Farias; Rosenvald, 2020).

Embora o Direito de Família seja ordenado por normas públicas, tal situação não transforma esse ramo em direito público. Entretanto, as normas de ordem pública no direito privado possuem o objetivo de diminuir a autonomia da vontade e a probabilidade de as partes disporem sobre suas normas particulares nas relações jurídicas. No Direito de família a ordem pública se sobrepõe, posicionando-se sobre as relações envolvendo pais e filhos, os regimes matrimoniais e demais situações envolvendo cônjuges e companheiros, pois a família é a base da sociedade, o que interessa ao Estado (Brasil, 1988, art. 226, *caput*; Venosa, 2017).

Apesar disso, o Estado deve respeitar o espaço da família e não interferir na relação familiar, possibilitando a busca pela felicidade plena, pois a interferência estatal pode reprimir a autonomia privada, retirando a liberdade dos indivíduos. O Estado deve se afastar de um território, que sempre lhe foi estranho, distanciando-se de um ambiente que não é da sua alçada, e talvez, no futuro próximo, passe a se preocupar com as atividades que realmente necessitam de sua atenção, pois não cabe ao Estado intervir no núcleo familiar, da mesma forma como intervém em outras relações jurídicas (Farias; Rosenvald, 2020; Venosa, 2017).

Nesta direção, o Estado autorizando ou não, as novas formas conjugais continuarão acontecendo, sendo de extrema importância entender que a nova e moderna perspectiva do Direito de família, seguindo o princípio da intervenção mínima, liberta-se das amarras anacrônicas do passado para estabelecer um sistema aberto e inclusivo que facilita o reconhecimento de outras formas de arranjos familiares (Pereira, 2021).

O desafio a ser enfrentado pelas famílias e pelas legislações que as regulam é alcançar um equilíbrio entre as normas, respeitando a autonomia e a liberdade de escolha dos indivíduos com os interesses do

Estado, através de uma interpretação comprometida com os princípios fundamentais do Direito de família, especialmente, o da autonomia privada, ignorando tudo o que coloca o indivíduo em uma posição de indignidade e o submete a ser objeto da relação ou a ser aproveitado por outros sem o seu consentimento (Pereira, 2021).

Assim, a intervenção do Estado nas relações familiares deve ser mínima, cabendo ao sistema jurídico proteger as entidades familiares já estabelecidas, visando assegurar a dignidade aos seus membros. Para tanto, os órgãos públicos, especialmente aqueles ligados direta ou indiretamente ao Poder Judiciário, podem e devem ser chamados para intervir quando há ameaça ou lesão aos interesses jurídicos de qualquer membro da estrutura familiar, ou mesmo da família como um todo (Sanchez, 2022).

4.3 Paralelismo das relações familiares e o princípio da boa-fé

> Entende-se que a boa-fé é uma forma de conduta e uma norma de comportamento, numa correlação objetiva entre meios e fins, como exigência de adequada e fiel execução do que tenha sido acordado pelas partes. Isso significa que a intenção destas só pode ser endereçada ao objetivo a ser alcançado, tal como este se acha, definitivamente, caracterizado nos documentos que o legitimam. Constitui cláusula geral, que estabelece deveres de lealdade e respeito à confiança recíproca entre as partes de uma relação jurídica, sendo que o exercício do direito irregular configura quebra da confiança e frustração de legítimas expectativas, representando conflito entre a sua finalidade própria e a atuação concreta da parte (Dias, 2016; Reale, 2003).
>
> O princípio da boa-fé era aplicável somente no campo do Direito das obrigações, mas passou a constituir um dos pilares do Direito de família contemporâneo e um dos componentes primordiais no reconhecimento das uniões estáveis simultâneas. Nessa perspectiva, é necessário cuidado ao emprestar conceitos do direito obrigacional e da responsabilidade civil ao Direito de família, que traz uma carga emocional, filosófica, religiosa e patriarcal, diferente de qualquer outro ramo do Direito. Por isso, seu conceito está atrelado à noção

> de lealdade e respeito à expectativa alheia, encontrando fundamento no dever de confiança (Dias, 2016; Tartuce, 2021).

Outrossim, a boa-fé objetiva define novos delineamentos para os institutos familiaristas, atribuindo a eles um conteúdo, que visa a proteção efetiva dos valores constitucionais, pois destaca a importância da dignidade da pessoa humana e da solidariedade exigida entre as pessoas. Por isso, por conter valores essenciais, de conteúdo generalizante, deve ser posicionada como um princípio geral a ser priorizado em todo o Direito e nas diversas espécies de relações jurídicas, incluindo-se as familiares. Deve ser entendida como princípio e como cláusula geral a ser observada não só nos contratos ou negócios jurídicos patrimoniais, mas nas relações jurídicas dentro do Direito de família (Farias; Rosenvald, 2020; Gurgel, 2009; Tartuce, 2008).

Nesse sentido, a discussão sobre o paralelismo das relações familiares não apresenta consenso unânime em relação ao seu reconhecimento, pois a tendência jurisprudencial tende ao conservadorismo, não admitindo, que as relações conjugais simultâneas tenham efeitos jurídicos, apesar de entendimentos favoráveis, com base na dignidade da pessoa humana e na boa-fé (Hironaka; Tartuce, 2019).

Os posicionamentos dos doutrinadores são diversos, pois alguns acreditam que as relações simultâneas não deveriam gerar efeitos relacionados ao direito de família, mas, sim, na esfera cível, principalmente, em relação à proteção dos direitos patrimoniais e sucessórios. Entendem que ignorar essa realidade e não responsabilizar os envolvidos nesse tipo de união, é punir quem confiou na promessa de exclusividade amorosa (Dias, 2016; Madaleno, 2022).

Os juristas favoráveis defendem, que há diferenças nos critérios observados pelos Magistrados ao concederem efeitos relacionados ao Direito de família. Ao mesmo tempo que alguns acreditam que a boa-fé é necessária para o reconhecimento da união simultânea, outros afirmam que a ausência de boa-fé não é suficiente para descaracterizar a relação. Sendo assim, utilizando-se a técnica de ponderação de interesses, admite-se a relativização da monogamia em determinados casos, para

prestigiar outros valores, como a dignidade da pessoa humana, a autonomia privada e a boa-fé, merecendo proteção do Direito (Farias e Rosenvald, 2020).

Desse modo, nos casos em que a pessoa adentra em uma relação afetiva sem ter a anuência de que o seu companheiro possui uma união estável anterior, sem ruptura da convivência, ou até mesmo é casado, deve ter os seus direitos resguardados, assim como a pessoa ludibriada. Sobre mais, compreendem que estando presente a boa-fé, é possível atribuir efeitos jurídicos do Direito de Família para essas uniões extraconjugais, em que um dos companheiros é impedido matrimonialmente; todavia, a outra parte está no relacionamento em erro perdoável (Farias; Rosenvald, 2020).

Goecks e Oltramari (2008)reconhecem as uniões paralelas lastreadas no princípio da boa-fé e afirmam, que não cabe ao Estado negar a realidade e desejar que a concomitância destas relações seja algo distante do Direito de família. Dessa maneira, o argumento baseado na afetividade e na dignidade da pessoa humana, utilizado para reconhecer uniões simultâneas, perde sua solidez quando se considera a importância da boa-fé como instituto necessário para regular a autonomia privada daqueles envolvidos em uma união paralela.

Dessa forma, não é adequado conceder efeitos legais a indivíduos que tenham violado os deveres da boa-fé, mesmo que estejam motivados pelo afeto, pois esse sentimento que une um casal em uma união paralela pode acabar ferindo a dignidade da pessoa integrante da família preexistente. Deve-se conceder legitimidade ao membro do núcleo familiar, que estava agindo de boa-fé, pois não estava infringindo os deveres impostos pelo sistema jurídico e sequer sabia que estava envolvido em uma situação de união estável simultânea (Farias; Rosenvald, 2020).

Por sua vez, Dias (2016) defende o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas, mesmo quando a boa-fé não está presente, pois, pelo contrário, somente o parceiro infiel será beneficiado, porque não se impõe qualquer responsabilidade a ele que mantém um relacionamento paralelo ao casamento, visto que, além de não precisar dividir o seu

patrimônio, não terá responsabilidades com a pessoa que se envolveu extra conjugalmente (Dias, 2016).

Por outro lado, Diniz (2009) julga impossível o reconhecimento de uniões estáveis paralelas, em razão da quebra do dever de fidelidade, já que desconstitui o ânimo de formar uma família, que só é possível no relacionamento monogâmico, que não permite a existência simultânea de dois ou mais vínculos afetivos concomitantes, uma vez que essa situação quebra o dever de lealdade. Neste contexto, a segunda união seria inválida, dado que foi contraído com um indivíduo comprometido. Sob outro ponto de vista, Madaleno (2022) considera que o reconhecimento da união estável simultânea prejudica a esposa com divisão de sua meação, demonstrando total reprovação ao sacrifício dos bens da esposa que ingressam na partilha da divisão por três. Nessa linha, Venosa (2008) entende, que o sujeito que começa uma relação com outro individuo comprometido por meio de uma união estável, acaba agindo de má-fé (Brasil, 2002, art. 1.521 VI).

Dias (2016) afirma, que há uma situação a merecer especial cuidado, quando todas as partes envolvidas estão cientes da simultaneidade das relações. Nesses casos, entende-se que o varão não precisa dividir nada com nenhuma das parceiras, com quem se relacionou, porque tinham conhecimento dos outros vínculos, ou seja, nada se partilha com uma em face da existência da outra. Nesse caso, deve-se recorrer à ética, o que se aproxima mais da justiça. Destaca-se, que o reconhecimento, de maneira mais flexível, caminha de forma morosa, uma vez que a sociedade costuma agir de forma tendenciosa, desaprovando o que é desconhecido e preferindo que as coisas sejam da maneira como sempre foram.

Nessa ordem de ideias, Farias e Rosenvald (2020) afirmam, que, configura a boa-fé nas hipóteses em que há duplicidade de uniões estáveis e todas as partes encontram-se cientes, decidindo continuar naquela relação, é importante a geração de efeitos jurídicos, para que não se fechem os olhos para este tipo de família. Entendem, que a existência de boa-fé objetiva não decorre da falta de conhecimento da parte, mas sim do

comportamento que desperta uma confiança, merecendo a proteção do sistema jurídico.

Dentro desse contexto, Ferrarini (2010), enfatiza a importância de tornar pública e visível a relação afetiva simultânea em face do núcleo familiar já estabelecido, com o objetivo de evitar que os membros desta unidade familiar preexistente sejam iludidos. Já, Dias (2016) ressalta que, não há como deixar de reconhecer a existência comprovada da união estável, afirmando que o fato de o homem ter uma família não significa, que não quis formar outra. É preciso impor os deveres inerentes à entidade familiar a quem assume um relacionamento afetivo, independente de manter outra união.

Conclui-se que, a boa-fé objetiva decorre da confiança que lhe passa o comportamento do companheiro, sobre o qual recai algum impedimento matrimonial, a ponto de seu parceiro acreditar, por diversos fatores, que aquele empecilho não mais existe. Nos casos em que estiverem preenchidos os critérios caracterizadores da união estável, previstos no art. 1.723 do Código Civil e estando presente a boa-fé dos indivíduos envolvidos na relação, não há motivo para não conferir todos os efeitos jurídicos inerentes a essa entidade familiar e a todos os seus membros (Ferrarini, 2010; Goeks e Oltrmari, 2008; Ghilardi e Paz, 2012; Hironaka e Tartuce, 2019; Madaleno, 2021; Tartuce, 2008).

Consequentemente, quando se estiver diante de uma família simultânea, não há como negar aos seus membros a tutela estatal e da própria ordem jurídica, sobretudo diante da boa-fé e da honestidade das partes envolvidas. Compreende-se, que ignorar essas novas configurações familiares é negar a própria realidade, e, desse modo, a falta de amparo legal às famílias simultâneas viola o princípio da dignidade humana, que reconhece como uma sociedade de fato as pessoas que têm a intenção de formar uma família (Ferrarini, 2010; Goeks e Oltrmari, 2008; Ghilardi e Paz, 2012; Hironaka e Tartuce, 2019; Madaleno, 2021; Tartuce, 2008).

Como nota conclusiva, para Ponzoni (2008) resta clara a existência de três correntes a respeito do reconhecimento das uniões estáveis simultâneas: a) completa rejeição da possibilidade de validação do judici-

ário em decorrência da quebra do dever de lealdade entre os parceiros; b) aceitação do reconhecimento de uniões estáveis simultâneas, mesmo que não haja boa-fé; e c) apenas se existir a boa-fé entre os indivíduos é que será possível reconhecer a coexistência de uniões estáveis paralelas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi analisar o tratamento jurídico das relações familiares simultâneas no ordenamento jurídico, sob a ótica dos princípios da monogamia, da autonomia privada e da boa-fé objetiva.

O Direito de família é norteado por princípios constitucionais, tais como a dignidade da pessoa humana, a liberdade, o pluralismo familiar, a igualdade e a afetividade. O conceito de família evoluiu com o passar dos anos, passando de um modelo único, patrimonialista e patriarcal, constituída, exclusivamente, pelo casamento, para adotar outras formas, como a união estável e as famílias monoparental, anaparental, homoafetiva, poliafetiva, recomposta, paralela, dentre outras.

Entende-se que a união estável simultânea pode ser admitida no ordenamento jurídico brasileiro, a partir da relativização do princípio da monogamia e considerando-se os princípios da autonomia privada e da boa-fé objetiva. Entretanto, os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais são controversos nesse sentido, causando dificuldades, quanto ao seu reconhecimento no Direito brasileiro. Observam-se três correntes a respeito da admissão da união estável simultânea no ordenamento jurídico: rejeição, em decorrência da quebra do dever de lealdade; aceitação, mesmo que não haja boa-fé; e aceitação, somente na existência de boa-fé entre os parceiros.

Todavia, ignorar essas novas configurações familiares é negar a própria realidade, e, assim, a falta de amparo legal a essas famílias viola o princípio da dignidade humana, que reconhece como uma sociedade de fato as pessoas que têm a intenção de formar uma família.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 97, 2002. Disponível em: Acesso em 07 jun. 2025.

ALVES, Clara Lis Azevedo de Oliveira. **A proteção estatal das famílias em contrapartida às vedações jurisdicionais ao concubinato adulterino**. Artigo científico produzido durante a Graduação em Direito do Departamento de Direito do CERES, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022. Disponível em:https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/49944/1/AProte%c3%a7%c3%a3oEstataldasFam%c3%adlias_Alves_2022.pdf. Acesso em 07 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidente da República, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 jun. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 07 jun. 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasília/DF: Presidente da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 07 jun. 2025.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. **Casamento e união estável, requisitos e efeitos pessoais**. Barueri/SP: Manole, 1994.

CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da afetividade no direito de família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **Direito de família e das sucessões**. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: direito de família. 24. ed. São Paulo, Saraiva, 2009.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 12.ed. Salvador/BA: Juspodivm, 2020.

FERRARINI, Letícia. **Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos**: pedaços da realidade em busca da dignidade. Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado, 2010.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Direito de família na pós modernidade: separação de fato e ética. *In*: SOUZA, Ivonete Maria Candido Coelho de (org.). Direito de família, diversidade e multidisciplinariedade. **IBDFAM**, Porto Alegre, 2007.

GOECKS, Renata Miranda e OLTRAMARI, Vitor Hugo. A possibilidade do reconhecimento da união estável putativa e paralela como entidade familiar, frente aos princípios constitucionais aplicáveis. *In*: MADALENO, Rolf e MILHORANZA, Mariângela Guerreiro (coord.).**Atualidades do direito de família e sucessões**. Sapucaia do Sul/RS: Notadez, 2008.

GHILARDI, Dóris; PAZ, Viviane Candeia. A emergência da fluidez nos institutos da tradição: um ensaio sobre as famílias paralelas. *In*: XXI Congresso Nacional do CONPEDI), Niterói/RJ, 31/10 a 03/11/2012. Direito de família. (org.). Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito e Universidade Federal Fluminense (UFF); apoio, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); publicação, **Anais do XXI Congresso Nacional do CONPEDI** e Fundação José Arthur Boiteux (FUNJAB), Florianópolis/SC, 2012. p. 58-76. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c5658c711ba91707. Acesso em: 07 jun. 2025.

GROENINGA, Giselle Câmara. Direito e psicanálise: um novo horizonte epistemológico. *In*:

PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). **Afeto, ética, família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte/MG: Del Rey, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro**: direito de família. 18. ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2021.

GURGEL, Fernanda Pessanha do Amaral. **Direito de família e o princípio da boa-fé objetiva**. Curitiba/PR: Juruá, 2009.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio. Famílias paralelas. visão atualizada. **Revista Pensamento Jurídico**, 2019. Disponível em: https://ojs.unialfa.com.br/index.php/pensamentojuridico/article/view/406/313. Acesso em 07 jun. 2025.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução de Edsob Bini. 2. ed. Bauru/SP: Edipro, 2008.

MADALENO, Rolf. **Manual de direito de família**. 4. ed. Rio de Janeiro/RJ: Forense, 2022.

MADALENO, Rolf. **A união (ões) estável (relações paralelas)**. 2021. Disponível em: https://www.rolfmadaleno.com.br/web/artigo/a-uniao-ins-estavel-relacoes-paralelas. Acesso em: 07 jun. 2025.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de direito de família**. 3. ed. São Paulo/SP: Saraiva Educação, 2018.

OLIVEIRA, Euclides. **União estável do concubinato ao casamento**. 6. ed. São Paulo: Método, 2003.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PONZONI, Laura de Toledo. Famílias simultâneas: união estável e concubinato. **IBDFAM**, 2008. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/461/Fam%C3%ADlias+Simult%C3%A2neas%3A+Uniao+Est%C3%A1vel+e+Concubinato. Acesso em: 07 jun. 2025.

PIANOVSKI, Carlos Eduardo. **Famílias simultâneas e monogamia**. 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4630237/mod_resource/content/0/Texto%20Prof.%20%20Pianovski%20-%20aula%2027.03.19.pdf. Acesso em: 07 jun. 2025.

REALE, Miguel. Um artigo-chave do Código Civil. **Revista Migalhas**, 2003. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/2119/um-artigo-chave-do-codigo-civil. Acesso em: 07 jun. 2025.

RENON, Maria Cristina. **O princípio da dignidade da pessoa humana e sua relação com a convivência familiar e o direito ao afeto**. Dissertação de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucionalpositivo**. 18. ed. São Paulo/SP: Malheiros, 2000.

SILVA, Marcos Alves da. A monogamia em questão: repensando pensamentos jurídicos da conjugalidade contemporânea. *In*: IX Congresso Brasileiro de Direito De Família, Belo Horizonte/MG, 2014. Família: pluralidade e felicidade. Rodrigo da Cunha Pereira e Maria Berenice Dias. (coord.). **IBDFAM**, Belo Horizonte/MG, 2014. Disponível em: https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/231.pdf. Acesso em: 07 jun. 2025.

SANCHEZ, Júlio. **Direito de família de A a Z**: teoria e prática. Leme/SP: Mizuno, 2022.

TARTUCE, Flávio. O princípio da boa-fé objetiva no direito de família. **IBDFAM**, 2008. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/475/O+princ%C3%ADpio+da+boaf%C3%A9+objetiva+no+direito+de+fam%C3%ADlia . Acesso em: 07 jun. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**. 11. ed. Rio de Janeiro, Forense; Método, 2021.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: família. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Recebido em: 11/ 06/2025
Aprovado em: 27/08/2025